

... Cadernos :: edição: 2005 - Nº 26 > Editorial > Índice > Resumo > Artigo

Inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais na rede regular de ensino: primeiras aproximações a partir de Michel Foucault

Ricardo Luiz de Bittencour

Este ensaio acadêmico se propõe a refletir sobre a inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais no ensino regular tomando por base os estudos de Foucault. Para tanto, discute-se a constituição do sujeito na modernidade bem como os saberes "psi" que tornam inteligíveis o conceito de anormal. Nessa direção a escola, enquanto instituição de seqüestro assume e produz novos discursos de inclusão que contribuem para o apagamento e silenciamento das diferenças, além do fortalecimento da ilusão de que todos são iguais.

Palavras-chave: Inclusão. Psicopedagogia. (A)normalidade.

Início este ensaio acadêmico apresentando a chamada de abertura da propaganda do governo federal brasileiro que procura demonstrar para a sociedade o preparo das escolas e seus profissionais para receberem os alunos portadores de necessidades educativas especiais.

Toda a criança é única, especial e diferente, mas numa coisa todas são iguais – todas devem ir à escola. Professores e funcionários estão se preparando para receberem os alunos portadores de necessidades educativas especiais. É o Brasil aprendendo e crescendo com as diferenças, (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2005).

Esta escolha foi movida por algumas razões que considero oportunas em "tempos de inclusão". Ao falar de "tempos de inclusão" me refiro aos modos pelos quais determinados conceitos entendidos como progressistas e libertadores são apropriados pelos governos neoliberais. O conceito de inclusão é quase inquestionável uma vez que dificilmente alguém possa se colocar contra. Entretanto, a aparente inclusão funciona como estratégia que mascara e naturaliza novas relações de poder colocadas em circulação. Enquanto pesquisadores do campo da educação, devemos manter constantemente a vigilância crítica, sobretudo, para aquelas totalizações veiculadas pelos meios de comunicação que nos subjetivam. É preciso pensar sobre o conjunto de saberes que são mobilizados para a atualização das relações de poder que estão cada vez mais internalizadas, naturalizadas, invisíveis, sutis e produtivas.

Discutir sobre como se produz historicamente o conceito de anormal, tomando por base o pensamento de Foucault, requer uma reflexão sobre como se constitui o sujeito moderno. Ao superar as filosofias da consciência que tomam o sujeito como dono de si, Foucault se inspira nas filosofias da prática para mostrar como é fabricado o sujeito na modernidade.

A modernidade, desde o século XVI, vem se colocando como responsável por colocar uma nova ordem no mundo, pois a mesma pode ser compreendida "como o resultado da combinação de duas superfícies de emergência: o deslocamento das práticas pastorais e o advento da razão de Estado" (VEIGA-NETO, 2000, p. 185). No campo da ciência, a superação da ordem da imprecisão e do caos, constituiu uma outra ordem mais precisa e emancipatória. Assim, os ideais iluministas de trazerem o esclarecimento para o mundo subsidiaram a produção de uma nova ordem que pretendia ser científica. Bauman (1999, p.20) nos diz que:

De fato pode-se colocar a modernidade como a época, ou o estilo de vida, em que a colocação em ordem depende do desmantelamento da ordem "tradicionalmente" herdada e recebida; em que "ser" significa um novo começo permanente.

A busca da ordem responde à necessidade de se controlar o futuro e de se garantir o progresso. Para tanto, era necessário geometrizar o mundo a partir de um conjunto de ciências que precisamente descreveriam a realidade. Essa necessidade de mensurar também é acompanhada pelo fascínio da classificação onde a partir de uma norma se estabelece o que é e o que não é anormal. A norma é aqui

entendida como um dos dispositivos de exercício de poder conforme Foucault (2003, p. 62) destaca: [...]. a norma não se define absolutamente como uma lei natural, mas pelo papel de exigência e de coerção que ela é capaz de exercer em relação aos domínios a que se aplica. Por conseguinte, a norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado. Conceito polêmico – diz Canguilhem. Talvez pudéssemos dizer político. Em todo caso – e é a terceira idéia que acho ser importante – a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção. A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela

está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, a uma espécie de poder normativo.

O termo anormal é muito discutido, principalmente pelos saberes do campo "psi", que buscam tornar inteligíveis as anormalidades. Desse modo, psiquiatria e psicologia, e mais recentemente, a psicopedagogia, lançam seus olhares para os indivíduos e os transformam num caso de (a)normalidade. Foucault ao apresentar a genealogia do anormal destaca três "figuras" a saber: o monstro humano; o masturbador e os incorrigíveis. Para atender aos fins que se destinam este ensaio, nos deteremos prioritariamente aos incorrigíveis, por serem atualmente alvos privilegiados dos processos de subjetivação vividos na escola, enquanto maquinaria moderna que deverá normalizá-los. Foucault (2002, p. 73) nos lembra que:

O que define o indivíduo a ser corrigido, portanto, é que ele é incorrigível. E, no entanto, paradoxalmente, o incorrigível, na medida em que é incorrigível requer um certo número de intervenções específicas em torno de si, de sobreintervenções em relação às técnicas familiares e corriqueiras de educação e correção, isto é, uma nova tecnologia da reeducação, da sobrecorreção. De modo que vocês vêem desenhar-se uma espécie de jogo entre a incorrigibilidade e a corrigibilidade.

Nesse sentido, é oportuno lembrar das palavras de Larrosa, proferidas no Seminário Avançado Os anormais e educação, realizado nas terças-feiras à tarde do segundo semestre de 2004, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quando nos dizia que "o grande projeto político-educativo da modernidade era o de converter os indivíduos em sujeitos". Esse processo de conversão combina uma série de estratégias que previnem e corrigem os incorrigíveis. Os saberes do campo "psi" colocaram em evidência os conceitos de sujeito. Assim, há o sujeito do desejo da psicanálise; o sujeito do conhecimento da epistemologia genética, e mais recentemente, sujeito aprendente da psicopedagogia. Fonseca (2002, p. 248) destaca a importância dos estudos sobre o desenvolvimento como noção que permite:

[...] o estabelecimento de uma certa separação entre vários tipos de caracteres. Em alguns indivíduos haveria uma interrupção no desenvolvimento psicológico; em outros, não há interrupção, mas apenas uma lentidão, e nenhuma dessas situações, implicaria forçosamente em loucura, em doença mental. [...] O desenvolvimento seria, portanto, uma espécie de norma através da qual é possível situar alguém. Face a tal noção, desenha-se uma dupla normatividade: uma normatividade que será aquela do adulto (aparece como fim ideal do término do processo de desenvolvimento) e uma outra normatividade que seria uma certa média para as crianças (a média no seu desenvolvimento).

Parece-nos, portanto, que ao tematizar o sujeito, os diferentes campos "psi" capturam, descrevem, classificam, codificam e hierarquizam os indivíduos para produzirem um saber sobre eles. Esse conjunto de saberes toma a infância como ponto de partida para estabelecer a "generalização do saber e do poder psiquiátrico" (FOUCAULT, 2003, p. 387). Contudo, não é apenas falar e dar um nome aos diferentes sujeitos, mas sim, dar um conteúdo e uma significação que sustente a produção desses saberes. Para se diminuir o acaso e a imprecisão, são necessários os conhecimentos científicos, mas também os conhecimentos escolares, que se materializam no currículo e contribuem para a normalização dos sujeitos para viverem na modernidade. Esses conhecimentos adquirem o status de regimes de verdade e se estendem por todo tecido social.

A escola tem sido utilizada como uma maquinaria altamente privilegiada para a manutenção das relações de poder instituídas socialmente. Muitos autores e autoras têm se debruçado sobre os modos como esta instituição social se encarrega da produção do sujeito moderno, sobretudo, aqueles que buscam inspiração no pensamento foucaultiano, alcunhado por Ewald, como um pensamento desconcertante. Veiga-Neto (2001, p. 109) assim se expressa:

[...] a escola moderna é o lócus em que se dá de forma mais coesa, mais profunda e mais duradoura a conexão entre poder e saber na Modernidade. E é por causa disso que ela é capaz de fazer tão bem a articulação entre a Razão de Estado e o deslocamento das práticas pastorais (para as tecnologias do eu), funcionando, assim, como uma máquina de governamentalização que consegue ser mais poderosa e ampla do que a prisão, o manicômio, o quartel, o hospital.

Foucault buscou estudar como se constituía o sujeito moderno e que relações de poder lhe instituíam. As relações de poder são aqui entendidas como ações que se exercem sobre os outros. Não se trata apenas de relações que se exercem descendentemente como é característico do poder soberano. Analisa-se também aquelas relações de poder que se constituem ascendentemente e que se tomam mais produtivas, presentes, sobretudo, no poder disciplinar. Não apenas um poder que age sobre os corpos dos indivíduos, mas também um poder que "governa as almas", ou ainda, que produz a governamentalização. Foucault (2002, p. 64) esclarece que:

O que o século XVIII instaurou mediante o sistema de "disciplinarização para a normalização", mediante o sistema de "disciplina-normalização", parece-me ser um poder que, na verdade, não é repressivo, mas produtivo – a repressão só fica a título de efeito colateral e secundário, em relação a mecanismos que, por sua vez, são centrais relativamente a esse poder, mecanismos que fabricam,

mecanismos que criam, mecanismos que produzem.

Em seus últimos estudos, Foucault colocou em evidência o biopoder que é uma relação de poder que vai agir sobre a vida, sobre a espécie humana e cada indivíduo. Uma relação de poder que poderá assumir a "gerência de Estado" da população enquanto corpo político, denominada biopolítica. Essas múltiplas facetas que as relações de poder vão assumindo historicamente, contribuem ao mesmo tempo para a homogeneização e individualização dos sujeitos. Como nos lembra Foucault (2000, p. 288-289), as novas relações de poder não subsumem as anteriores:

Uma tecnologia de poder que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes.

Nessa perspectiva de análise das relações de poder, Foucault destaca a importância do papel das instituições de seqüestro. Essas instituições de seqüestro, tão bem descritas na obra *Vigiar e Punir*, capturam, aprisionam e exercem relações de poder que contribuem para a produção de novas redes de saber e poder que oportunizam atualização das possibilidades de fabricação do sujeito moderno. É preciso lembrar que na perspectiva foucaultiana, as relações de poder estão presentes em todo corpo social de forma capilarizada. A escola não foge a esta regra, principalmente por ser a instituição social que na modernidade deverá ser de todos, ou seja, ninguém deve "escapar da escola". Veiga-Neto (2000, p.191) explica que a:

[...] escolarização de massas surgiu e montagens e combinações, contingentes e feitas as cegas, de práticas físicas e morais, discursivas e não discursivas que envolveram vários elementos de natureza muito diversas: arquitetura, distribuições espaciais e temporais, cuidado com o corpo, vigilância, interdições, avaliações sistemáticas, etc.

Para atingir este objetivo são produzidos novos slogans como "escola de todos", "escola para todos", "escola inclusiva", entre outros. Nessa mesma trilha, os discursos sobre a inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais também reafirmam a tese de que inclusive os anormais não devem escapar da escola. Não devem escapar da escola, no sentido de que é necessário extrair um saber desses anormais para a produção de novas relações de poder, talvez um poder epistemológico. Veiga-Neto (2001, p.117) afirma que a psicopedagogia coloca em movimento "uma vontade de saber, sempre ativada por uma vontade de poder, tão mais eficiente quanto menos aparente for, tão mais ardilosa quanto mais nos capturar através de estratégias de tradução e simplificação".

Essa vontade de saber sobre os indivíduos se utiliza algumas estratégias de poder presentes nas instituições monásticas como a confissão. Esta estratégia é utilizada para que o sujeito fale de si mesmo possibilita a produção de novos saberes. Desse modo, psicopedagogo, por meio de diferentes técnicas como a chamada "escuta psicopedagógica" vai elaborando totalizações e individualizações sobre os processos de aprendizagem. Portanto, ao realizar a "escuta psicopedagógica", o psicopedagogo possibilita que o sujeito fale de si mesmo e seja posicionado a partir de "lentes teóricas", principalmente aquelas que são oriundas da psicanálise e da epistemologia genética.

Nessa direção, a psicopedagogia pode ser ativada para o atendimento dos "monstros escolares" e também para prevenir que "novos monstros" se constituam, ou ainda, para psiquiatrizar o aprender e o não-aprender. A psicopedagogia assume ao mesmo tempo a perspectiva de cura, de prevenção e produz um movimento de (des)estranhamento para que todos sejam incluídos, pois a "[...] a chegada de um estranho tem o impacto de um terremoto. O estranho despedaça a rocha sobre o qual repousa a segurança da vida diária". (BAUMAN, 1999, p.19).

Para que o Estado possa fazer mais educação do que correção, inclusive por ser mais produtivo, é preciso que se busque e se explore novas possibilidades de captura desses sujeitos tidos como anormais. As propagandas veiculadas nos meios de comunicação, sobretudo, nos meios televisivos, sobre a inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais no espaço escolar, assumem também o caráter de "campanhas educativas", ou nas palavras de Foucault, de biopolíticas por "ditarem" certos modos de viver e pensar sobre mundo. As políticas de educação inclusiva se constituem a partir do momento em que se torna possível esconder a monstruosidade, ou seja, é necessário trazer o anormal para a escola para que se possa educá-lo e civilizá-lo. É preciso incluí-lo para que se possa envolvê-lo nas malhas do poder que normalizam, homogeneizam e eliminam as diferenças. Não se trata de uma posição de defesa ou de ataque a inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, mas sim de reflexão sobre os efeitos produzidos por estas campanhas que ao nosso ver parecem produzir o apagamento e o silenciamento das diferenças, além da ilusão de que todos são iguais. A inclusão é, portanto, uma das unidades de medida da modernidade.

Referências

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EWALD, François. Foucault, a norma e o direito. Lisboa: Veja, 1993.

FONSECA, Marcio Alves da, Entre monstros, onanistas e incorrigíveis: as noções de “normal” e “anormal” nos cursos de Michel Foucault no Collège de France. In: RAGO, Margareth. Imagens de Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FOUCAULT, Michel. Os anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Propaganda veiculada na RBS TV. 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARREIRO, Vera (Org.) Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: Nau, 2000.

_____. Incluir para excluir. In LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs.) Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. Coisas do governo. In: RAGO, Margareth. Imagens de Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Correspondência

Ricardo Luiz de Bittencourt - Professor dos cursos de Pedagogia e Educação Física (Bacharelado) na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. rlb@unesc.net

Recebido em 10 de agosto de 2005

Aprovado em 06 de setembro de 2005

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

Cadernos :: edição: 2005 - Nº 26 > [Editorial](#) > [Índice](#) > [Resumo](#) > **[Artigo](#)**